

**Conselho Regulador da
Entidade Reguladora para a Comunicação Social**

**Deliberação
131/2013 (AUT-R)**

ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Alteração de domínio do operador Penalva do Castelo FM –
Radiodifusão e Publicidade, Lda.**

Lisboa
8 de maio de 2013

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação 131/2013 (AUT-R)

Assunto: Alteração de domínio do operador Penalva do Castelo FM – Radiodifusão e Publicidade, Lda.

1. Pedido

- 1.1.** Por requerimento de 4 de dezembro de 2012, foi solicitada à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (doravante, ERC), pela Rádio Regional de Lisboa – Emissões de Radiodifusão, S.A., autorização para adquirir a totalidade do capital social do operador de radiodifusão sonora Penalva do Castelo FM – Radiodifusão e Publicidade, Lda..
- 1.2.** A Penalva do Castelo FM – Radiodifusão e Publicidade, Lda. é uma empresa licenciada para o exercício da atividade de rádio no concelho de Penalva do Castelo desde 1 de março de 2001, na frequência 95.6 MHz, disponibilizando um serviço de programas generalista, de âmbito local, com a denominação *M80 Penalva do Castelo*.
- 1.3.** O capital social da Penalva do Castelo FM – Radiodifusão e Publicidade, Lda. é de € 5.000,00 (cinco mil euros), detido por Fernando dos Santos Mendes Gomes, com uma quota no valor de € 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta euros) e Fernando Manuel Brito Moura da Silva, com uma quota no valor de € 1.250 (mil duzentos e cinquenta euros).

2. Análise e Direito Aplicável

- 2.1.** A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) é competente para apreciação do pedido ao abrigo do n.º 6 *in fine* do artigo 4.º da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro (doravante, Lei da Rádio), e da alínea p) do n.º 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, aprovados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro.
- 2.2.** A presente alteração está sujeita ao regime estabelecido nos n.ºs 3 a 7 do artigo 4.º da Lei da Rádio.

- 2.3.** Nos termos do n.º 6 e 7 do artigo 4.º da Lei da Rádio, a alteração de domínio dos operadores que prosseguem a atividade de rádio mediante licença só pode ocorrer três anos após a atribuição original da licença, dois anos após a modificação do projecto aprovado, ou um ano após a última renovação, e está sujeita a aprovação prévia da ERC, a qual decide «após verificação e ponderação das condições iniciais determinantes para a atribuição do título e dos interesses do auditório potencial dos serviços de programas fornecidos, garantindo a salvaguarda das condições que habilitaram a decidir sobre o projeto original ou sobre as alterações subsequentes».
- 2.4.** De acordo com o ponto i) da alínea b) do artigo 2.º da Lei da Rádio, considera-se existir domínio, entre outras situações, quando uma pessoa singular ou coletiva detém uma participação maioritária no capital social, ou a maioria dos direitos de voto.
- 2.5.** Assim, tendo em conta que a alteração requerida implica a cessão da totalidade do capital social do operador em causa, passando a adquirente, Rádio Regional de Lisboa – Emissões de Radiodifusão, S.A., a exercer controlo sobre a atividade da empresa, a cessão pretendida está, necessariamente, sujeita à autorização da ERC, nos termos do referido n.º 6 do artigo 4.º da Lei da Rádio.
- 2.6.** A sociedade objeto do negócio em questão, bem como a sociedade cessionária, estão sujeitas, respetivamente, às restrições previstas nos ns.º 3 a 5 do artigo 4.º e n.º 1 do artigo 16.º, ambos da Lei da Rádio.
- 2.7.** A Requerente juntou para instrução do processo os seguintes documentos:
- i. Declarações do operador, da sociedade cessionária, e da sociedade que detém o capital social desta, de cumprimento do disposto nos ns.º 3 a 5 do artigo 4.º da Lei da Rádio;
 - ii. Declarações do operador, da sociedade cessionária, e da sociedade que detém o capital social desta, de cumprimento da norma relativa às restrições constantes no n.º 1 do artigo 16.º da Lei da Rádio;
 - iii. Declaração do operador e da sociedade cessionária de respeito pelas premissas determinantes da atribuição da licença;
 - iv. Certidão do Registo Comercial (certidão permanente) do operador e cópia do contrato de sociedade;

- v. Certidões do Registo Comercial (certidões permanentes) da sociedade cessionária, e da sociedade que detêm o capital social desta, e cópias dos respetivos estatutos e contrato de sociedade;
 - vi. Ata da Assembleia-Geral de aprovação da alteração do capital social;
 - vii. Linhas gerais e grelha de programação;
 - viii. Estatuto editorial.
- 2.8.** Tendo a licença do serviço de programas *M80 Penalva do Castelo* sido renovada pela Deliberação 8/LIC-R/2011, de 27 de abril, e ocorrido a modificação do projeto pela Deliberação 28/AUT-R/2009, de 22 de dezembro, bem como não tendo ocorrido posteriores modificações ao projeto, conclui-se no sentido do preenchimento do requisito temporal estabelecido pelo artigo 4.º, n.º 6, do já mencionado diploma.
- 2.9.** No que se refere aos documentos indicados nos pontos i. e ii. supra, salvaguarda-se o respeito pelas normas contidas nos artigos 4.º, ns.º 3, 4 e 5, e 16.º, n.º 1, da Lei da Rádio, sendo que o operador, a sociedade cessionária, e a sociedade que detêm o capital social desta, declararam conformidade com as referidas disposições legais, concluindo-se pela inexistência de participações proibidas em outros operadores.
- 2.10.** De acordo com as informações recolhidas, refira-se que a MCR II – Média Capital Rádio, S.A. detém a totalidade do capital social da sociedade aqui cessionária, Rádio Regional de Lisboa – Emissões de Radiodifusão, S.A., da Rádio Comercial, S.A., e da Rádio Cidade – Produções Audiovisuais, S.A.; a Rádio Regional de Lisboa – Emissões de Radiodifusão, S.A. (aqui cessionária e requerente) detém atualmente a totalidade do capital social da Rádio Litoral Centro – Empresa de Radiodifusão, Lda.; a Rádio Comercial, S.A. detém atualmente a totalidade do capital social da Rádio XXI, Lda. e da Rádio Nacional – Emissões de Radiodifusão, S.A.; e a Rádio Cidade – Produções Audiovisuais, S.A., detém atualmente a totalidade do capital social da Flor do Éter – Radiodifusão, Lda., da Rádio Voz de Alcanena, Lda. e da DRUMS – Comunicações Sonoras, S.A.; esclareça-se, ainda, que a MCR II – Média Capital Rádio, S.A. é detida pelo Grupo Media Capital, SGPS, S.A..
- 2.11.** Complementarmente, foi ainda solicitada à ERC pela aqui Requerente autorização prévia para adquirir a totalidade do capital social dos operadores de radiodifusão sonora Leirimédia – Produções e Publicidade, Lda., Polimédia – Publicidade de Publicações, Lda., PRC – Produções Radiofónicas de Coimbra, Lda., Rádio Manteigas – Radiodifusão e Publicidade, Lda. e Rádio Sabugal – Radiodifusão e Publicidade, Lda.; a Rádio Cidade –

Produções Audiovisuais, S.A. solicitou autorização prévia à ERC para adquirir a totalidade do capital social da R 2000 – Comunicação Social, Lda.; e a Rádio Comercial, S.A. solicitou autorização prévia à ERC para adquirir setenta e cinco por cento do capital social da Rádio Concelho de Cantanhede, Lda. – após instrução e apreciação de todos os pressupostos legais, os referidos processos serão objeto de decisões autónomas pelo Conselho Regulador da ERC.

- 2.12.** Da análise dos elementos constantes do processo, conclui-se que as obrigações impostas aos operadores locais de cariz generalista são cumpridas, mantendo-se o projeto e condições que fundamentaram a renovação da licença. O serviço de programas *M80 Penalva do Castelo* encontra-se em parceria com o serviço de programas de âmbito regional, e cariz generalista, *M80 Rádio*, disponibilizado pela aqui cessionária, Rádio Regional de Lisboa – Emissões de Radiodifusão, S.A., retransmitindo parte da sua programação.
- 2.13.** O estatuto editorial conforma-se com o disposto no artigo 34.º da Lei da Rádio, respeitando as exigências impostas pelo normativo.

3. Deliberação

Assim, no exercício das competências prevista na alínea p) do número 3 do artigo 24.º dos Estatutos da ERC, adotados pela Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, conjugada com o disposto no n.º 6 do artigo 4.º da Lei n.º 54/2010, de 24 de dezembro, o Conselho Regulador da ERC delibera autorizar a alteração do controlo da empresa Penalva do Castelo FM – Radiodifusão e Publicidade, Lda., nos termos requeridos.

É devida taxa por serviços prestados nos termos do disposto no artigo 8.º, ns.º 1 e 2, al. a), do Decreto-Lei n.º 103/2006, de 7 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2009, de 31 de março, e retificado pela Declaração de Retificação n.º 36/2009, de 28 de maio, no total de 14 UC [cfr. Anexo III do citado diploma], sendo o valor da unidade de conta de 102,00 euros.

ERC/12/2012/1125



Lisboa, 8 de maio de 2013

O Conselho Regulador,

Alberto Arons de Carvalho

Luísa Roseira

Raquel Alexandra Castro

Rui Gomes